



Ata nº 010 da Sessão Ordinária nº 010, de
13 de fevereiro de 2014.

1 Às nove horas do dia treze de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, ALOÍSIO**
4 **CHAVES** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência
5 justificada dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; presença
6 da Procuradora do Ministério Público de Contas, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado
7 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do
8 artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de
9 quorum, nos termos da alínea "b", do item III, do art. 72, do RI/TCM/Pa. A seguir, a Presidência deu
10 início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente*
11 *Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio*
12 *e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
13 anunciados os processos. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para apresentar os seguintes
14 processos: **Processo nº 1040012010-00; Prefeitura Municipal de Tailândia; Prestação de Contas**
15 **de Governo 2010; Responsável Gilberto Miguel Sufredini; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:**
16 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do**
17 **dia 03.09.2013; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
18 Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da instrução processual em razão de nova
19 documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu
20 pela reabertura da instrução processual solicitada. **Processo nº 1040012010-00; Prefeitura**
21 **Municipal de Tailândia; Prestação de Contas de Gestão 2010; Responsável Gilberto Miguel Sufredini;**
22 **Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**
23 **Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; Publicado no DOE nº 32.579, de**
24 **07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da
25 instrução processual em razão de nova documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão:**
26 **O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução processual solicitada. **Processo nº**
27 **1040072010-00; Fundo Municipal de Educação de Tailândia; Prestação de Contas de 2010;**
28 **Responsável Silvana Alves Vieira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
29 **Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel
30 Lavareda solicitou a reabertura de instrução processual em razão de nova documentação apresentada. A
31 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução
32 processual solicitada. **Processo nº 1040062010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
33 **Tailândia; Prestação de Contas de 2010; Responsável Fátima de Lourdes Sufredini; Instrução: 5ª**
34 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.**
35 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura de instrução
36 processual em razão de nova documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão: O**
37 **Plenário, à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução processual solicitada. **Processo nº**
38 **1040052010-00; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia; Prestação de Contas de 2010;**
39 **Responsável Rosângela Belich de Ataíde; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
40 **Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o



Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da instrução processual em razão de nova documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução processual solicitada. **Processo nº 104020210-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Tailândia;** Prestação de Contas de— 2010; Responsável Josefran da Almeida; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da instrução processual em razão de nova documentação apresentada. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução processual solicitada. **Processo nº 250012006-00; Prefeitura Municipal de Chaves;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Benjamin Ribeiro de Almeida Neto; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *“pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Chaves a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: I - Ao Tesouro Municipal: A. R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), referente a multa equivalente de 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao prefeito municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º, da Lei 10.028/20001, pelo não envio do RGF referente ao 2º semestre. I - Ao FUMREAP: A. R\$-3.001,00 (três mil e um reais), a título de multa, com base no art. 283, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva: da LOA, 1º, 2º e 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO 1º Bimestre; B. R\$-5.000,00 (cinco mil reais), à título de multa, com base no art. 283, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo não encaminhamento do RREO 6º bimestre; C. R\$-25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 282, I, “b”6, do Regimento Interno deste Tribunal: pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício; pela divergência na execução financeira, gerando lançamento da conta receita a comprovar; pela despesa realizada sem autorização legal; pelas despesas realizadas sem processo licitatório; pelo não envio das demonstrações das variações patrimoniais; pelo não envio das relações de bens móveis e imóveis adquiridos no exercício, pelo não envio do parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF e; pelo pagamento de servidores temporários cujos atos não foram encaminhados a este Tribunal. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”.* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Chaves a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: ao Tesouro Municipal: A. R\$-27.000,00 (vinte e sete mil reais), referente a multa equivalente de 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Prefeito Municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º, da Lei 10.028/20001, pelo não envio do RGF referente ao 2º semestre; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: A. R\$-3.001,00 (três mil e um reais), a título de multa, com base no art. 283, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva: da LOA, 1º, 2º e 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO 1º Bimestre; B.



R\$-5.000,00 (cinco mil reais), à título de multa, com base no art. 283, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, pelo não encaminhamento do RREO 6º bimestre; C. R\$-25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 282, I, "b", do Regimento Interno deste Tribunal: pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício; pela divergência na execução financeira, gerando lançamento da conta "receita a comprovar"; pela despesa realizada sem autorização legal; pelas despesas realizadas sem processo licitatório; pelo não envio das demonstrações das variações patrimoniais; pelo não envio das relações de bens móveis e imóveis adquiridos no exercício, pelo não envio do parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF e; pelo pagamento de servidores temporários cujos atos não foram encaminhados a este Tribunal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Com impedimento do Auditor Alexandre Cunha. **Processo nº 890022010-00; Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2010 - Anuais de Gestão; Responsável Luiz Carlos Souza Silva; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade da prestação de contas da Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Luis Carlos Souza Silva, com recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tesouro Municipal da importância de R\$- 41.053,90 (quarenta e um mil, cinquenta e três reais e noventa centavos), referente a conta "Agente Ordenador"; - R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais), referente ao pagamento de diárias a maior; ao FUMREAP, aplicação das multas: - R\$-10.353,80 (dez mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), correspondente a 2% (dois por cento) da despesa realizada no exercício, em razão da irregularidade das contas, nos termos do art. 282, I, alínea "a" do Regimento Interno desta Corte de Contas; - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 282, I, alínea "b" do Regimento Interno desta Corte de Contas, pela divergência do valor do subsídio de Vereador entre o e-contas e a folha de pagamento e pela não apropriação dos encargos patronais no montante de R\$-37.607,34 (trinta e sete mil, seiscentos e sete reais e trinta e quatro centavos), cuja Certidão Positiva com efeitos de negativa vai em anexo a este voto; R\$-6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 282, II, alínea "b" do Regimento Interno desta Corte de Contas, em razão da divergência do saldo financeiro final, não encaminhamento dos extratos bancários nas Prestações de Contas apresentadas e pela impossibilidade da verificação do pagamento de diárias no 3º quadrimestre pela falta de alimentação do sistema e-contas folha de pagamento; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 250022008-00; Câmara Municipal de Chaves; Prestação de Contas – 2008 - Anuais de Gestão; Responsável Antônio Celso Dias Figueiredo; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela irregularidade da prestação de contas da Câmara Municipal de Chaves, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Celso Dias Figueiredo, bem com o recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias: I - Ao Tesouro Municipal: - R\$-74.444,87 (setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro



125 *reais e oitenta e sete centavos), referente ao pagamento de remuneração dos Vereadores em desacordo*
126 *com o ato de fixação com consequente pagamento a maior. II - Ao FUMREAP: - R\$ 13.754,50 (treze mil,*
127 *setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), correspondente a 2% (dois por cento) da*
128 *despesa realizada no exercício, em razão da irregularidade ensejadora da reprovação das contas possuir*
129 *natureza gravíssima que configura dano ao Erário, nos termos do art. 282, I, alínea "a" do Regimento*
130 *Interno desta Corte de Contas. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual".*

131 **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Auditor Alexandre
132 Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a
133 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
134 decidiu pela irregularidade da prestação de contas da Câmara Municipal de Chaves, exercício de 2008, de
135 responsabilidade do Sr. Antônio Celso Dias Figueiredo, com recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias,
136 ao Tesouro Municipal do valor de R\$-74.444,87 (setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro
137 reais e oitenta e sete centavos), referente ao pagamento da remuneração dos Vereadores em desacordo
138 com o ato de fixação com consequente pagamento a maior; cópia dos autos deve ser encaminhada ao
139 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolher as seguintes multas: - R\$-13.754,50
140 (treze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), correspondente a 2% (dois por
141 cento) da despesa realizada no exercício, em razão da irregularidade ensejadora da reprovação das
142 contas possuir natureza gravíssima, o que configura dano ao Erário, nos termos do art. 282, I, alínea "a"
143 do Regimento Interno desta Corte de Contas. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da
144 multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 6:

145 **Processo nº 1154252009-00; Fundo Municipal de Educação de Ipixuna do Pará; Prestação de**
146 **Contas – 2009 - de Gestão; Responsável Doralice Arruda de Brito; Instrução 5ª Controladoria; Ministério**
147 **Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado**
148 **no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
149 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e
150 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
151 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal*
152 *de Educação de Ipixuna do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Doralice Arruda de Brito, ao*
153 *teor do artigo 233 do RI/TCM/PA, que deverá recolher, no prazo de 30 dias, os Cofres Municipais o valor de*
154 *R\$-272.037,50 (duzentos e setenta e dois mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente*
155 *atualizado, referente à conta "Agente Ordenador"; ao FUMREAP, multa de R\$ 3.000,00 (mil reais) pela*
156 *remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item*
157 *III, "a", do RI/TCM; - multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b", do RI/TCM,*
158 *não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-268.177,34), bem como a*
159 *incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Cópia dos autos ao Ministério Público*
160 *Estadual".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Auditor
161 Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator,
162 com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
163 **unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Ipixuna do
164 Pará, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Doralice Arruda de Brito, ao teor do artigo 233 do
165 RI/TCM/PA, que deverá recolher, no prazo de 30 dias aos Cofres Municipais, o valor de R\$-272.037,50
166 (duzentos e setenta e dois mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente atualizado,



referente à conta "Agente Ordenador"; ao FUMREAP, multa de R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestre, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; - multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b", do RI/TCM, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto as multas ao FUMREAP. **Processo nº 1154222009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2009 Anuais de Gestão; Responsável Sônia Maria Sampaio Feitosa; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela aprovação, com ressalva, das contas do FMAS de Ipixuna do Pará, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Sônia Maria S. Feitosa, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação das quantias ordenadas, após o recolhimento no prazo de 30 dias, ao FUMREAP da multa de R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestre, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM".* **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do FMAS de Ipixuna do Pará, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Sônia Maria S. Feitosa, em favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação das quantias ordenadas, **por maioria**, após o recolhimento no prazo de 30 dias, ao FUMREAP, da multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestre, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 146062008-00; Agência Distrital de Mosqueiro; Prestação de Contas – 2008; Responsável Maria da Glória M. B. Albuquerque (Período 01/01 a 31/03/2008) e Ivan José dos Santos (01.04 a 31.12.2008); Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Agência Distrital de Mosqueiro, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Maria da Glória M.B. Albuquerque (período de 01/01 a 31/03/2008) e do Sr. Ivan José dos Santos (período de 01/04 a 31/12/2008). Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 5: **Processo nº 1154062009-00; Fundo Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável Stélio C. Castelo Branco Júnior; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"considero as contas do Fundo Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Stélio C. Castelo Branco Jr, irregulares, ao teor do artigo 233 do RI/TCM/PA, que deverá recolher no prazo de 30 dias, os seguintes*



valores: - Recolhimento ao Erário Municipal do valor de R\$-117.351,28 (cento e dezessete mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), devidamente atualizado, referente à "conta Agente Ordenador". E ao FUMREAP, - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; - multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, pela ausência de processo licitatório; Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Stélio C. Castelo Branco Jr, ao teor do artigo 233 do RI/TCM/PA, que deverá recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 30 dias, o valor de R\$-117.351,28 (cento e dezessete mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), devidamente atualizado, referente à conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, aplicação das seguintes multas: R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b", do RI/TCM, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-268.177,34), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b", do RI/TCM, pela ausência de processo licitatório. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 0740032002-00 – 200402717-00; Fundo Municipal de Saúde de São Caetano de Odivelas; Tomada de Contas – 2002; Responsável Avelina Corrêa Cunha; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de São Caetano de Odivelas, exercício de 2002, com recolhimento aos Cofres Municipais da importância de R\$-661.715,57 (seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos), devidamente atualizada, bem como a multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais) conforme previsão do artº 50, I "a" da Lei Complementar nº 084/2012; cópia dos autos deve ser remetida ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 201111309-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Subsídio - Resolução nº 001/2011, que atualiza os Subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Ananindeua; Interessada Raimunda Nonata Teixeira; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage, com Pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 26.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **Voto Vista:** "acompanho a Relatora, na íntegra, pelo não cadastramento do Ato". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou a Relatora, na íntegra, na Sessão Plenária do dia 26.09.13. A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam a Relatora, na íntegra. Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,



decidiu negar cadastramento ao Ato. Às dez horas e vinte minutos, o Conselheiro Aloísio Chaves assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 750022006-00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2006; Responsável Osni de Jesus da Silva Oliveira; Instrução Alcimar Lobato / 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas por Osni de Jesus da Silva Oliveira, Ordenador de despesas da Câmara Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2006, pelo descumprimento do art. 29, inciso VI, da CF/88 (pagamento a maior ao Presidente da Câmara, comparado com o limite do Deputado Estadual), no valor de R\$ 1.656,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), que deverá ser recolhido atualizado; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 09: **Processo nº 201211812-00; Fundo Municipal de Saúde de Ourém; Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 18.846/2009, de 22.09.09 (Prestação de Contas De 2004); Responsável Egnaldo Santos de Carvalho; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: *"pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Revisão, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 18.846, de 22.09.09, para considerar regulares, com ressalvas, as contas prestadas por Egnaldo Santos de Carvalho, referente ao exercício financeiro de 2004, do Fundo Municipal Saúde de Ourém, mantendo-se a multa pela remessa intempestiva da prestação de contas, no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), bem como a multa pelo não encaminhamento do processo de inexigibilidade de licitação, em observâncias aos ditames da Lei n.º 8.666/93, no montante de R\$-1.000,00 (um mil reais), devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação, em favor do Ordenador, no importe de R\$ 1.862.340,22 (um milhão, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta reais e vinte e dois centavos), condicionado à comprovação do recolhimento das multas fixadas".* **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a Relatora quanto ao conhecimento e ao provimento parcial do Recurso, porém manteve a multa de R\$-200,00 (duzentos reais), pela não remessa do parecer do Conselho Municipal de Saúde, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves e pelo Conselheiro substituto Sérgio Dantas. O Auditor Alexandre Cunha acompanhou a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Revisão, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 18.846, de 22.09.09, para considerar regulares, com ressalvas, as contas prestadas por Egnaldo Santos de Carvalho, referente ao exercício financeiro de 2004, do Fundo Municipal Saúde de Ourém, mantendo-se a multa pela remessa intempestiva da prestação de contas, no montante de R\$-500,00 (quinhentos reais), bem como a multa pelo não encaminhamento do processo de inexigibilidade de licitação, em observâncias aos ditames da Lei n.º 8.666/93, no montante de R\$-1.000,00 (hum mil reais). **Por maioria**: com a manutenção da multa de R\$-200,00 (duzentos reais), pela não remessa



do parecer do Conselho Municipal de Saúde. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Auditor Alexandre Cunha quanto a exclusão da multa referente a não remessa do parecer do Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 11 e 12: **Processo nº 201015992-00; Associação dos Moradores do Bairro do Guamá; Prestação de Contas do Convênio nº 020/2010,** celebrado com o Gabinete do Prefeito de Belém; Responsável Joana Pantoja da Costa; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.580, de 10.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas da Senhora Joana Pantoja da Costa, relativamente ao emprego da importância de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), recebidos através do Convênio nº 020/2010 (fls. 71/75), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201302583-00; Câmara Municipal de Brasil Novo;** Subsídio – 2013; Lei Municipal nº 152 de 2012; Interessado Lindomar Carvalho Garcia; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo cadastramento do Ato, com aplicação de multa pela não observância do prazo legal para encaminhamento do Ato a este Tribunal, nos termos do inciso IV, do art. 284, do RI/TCM-PA (Ato n.º 16/2013), no importe de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do então Prefeito Municipal, Alexandre Lunelli, Ordenador responsável pelo envio, à época de sua aprovação, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2012, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do mesmo, conforme previsto nos artigos 285, "caput" e 286 do RI/TCM-PA (Ato nº 16/2013). **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** O Conselheiro substituto Sérgio Dantas pediu a palavra para solicitar a reabertura da instrução do Processo nº 560012009-00, referente a Prefeitura Municipal de Peixe Boi, exercício de 2009, para a juntada de um comprovante de extrato bancário apresentado pela Ordenadora. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela reabertura da instrução processual solicitada, nos termos da Resolução nº 11.397/2014/TCM. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de fevereiro de dois mil e quatorze.

Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno

Secretária Geral, em exercício

Conselheira Vice- Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão